

# JUIZ SUBSTITUTO / FCC - 2015 – TJ- AL

## PARTE GERAL

Aqueles que, por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade, são considerados:

- a) relativamente incapazes, para os quais será nomeado curador que os assistirá, após sofrerem interdição.
- b) plenamente capazes, todavia para eles será nomeado curador.
- c) relativamente incapazes, mas não sofrerão interdição, sendo-lhes nomeado curador.
- ~~d)~~ absolutamente incapazes, porém não precisarão sofrer interdição, sendo-lhes nomeado curador.
- e) absolutamente incapazes, para cuja representação será nomeado curador, depois de sofrerem interdição.

# JUIZ SUBSTITUTO / FCC - 2015 – TJ- AL

## PARTE GERAL

São pessoas jurídicas de direito público externo:

- a) União e os Estados federados, quando celebram contratos internacionais.
- b) somente os organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas.
- c) apenas os Estados estrangeiros.
- d) os Estados estrangeiros e a União.
- ~~e) os Estados estrangeiros e aquelas regidas pelo direito internacional público.~~

# JUIZ SUBSTITUTO / FCC - 2011 – TJ- PE

## PARTE GERAL

A pessoa jurídica “X” que tem sede na Capital do Estado e estabelecimento em diversos municípios do interior, em um desses municípios contratou os serviços da oficina mecânica “Y” para manutenção de seus veículos mas não pagou pelos serviços prestados. Tendo “Y” de demandar a devedora no domicílio dela, é possível ajuizar a ação:

- a) somente na Capital do Estado, porque nela se encontra a sede da devedora.
- b) em qualquer comarca, dentro da qual a devedora possua estabelecimento.
- ☒ c) na comarca a que pertencer o município no qual o contrato foi celebrado.
- d) apenas na comarca a que pertencer o município onde se encontrar o principal estabelecimento da devedora.
- e) em qualquer comarca do Estado, de livre escolha do credor, porque o domicílio na Capital estende seus efeitos para todo o limite territorial do Estado.

# JUIZ SUBSTITUTO / FCC - 2009 – TJ- AP

## PARTE GERAL

Os bens naturalmente divisíveis podem tornar-se indivisíveis

- a) exclusivamente se comprometer sua utilidade econômica, como se verifica no estabelecimento, por lei, de parcela mínima de fracionamento dos imóveis rurais ou urbanos.
- b) apenas em razão de cláusula testamentaria ou de contrato de doação, não podendo exceder o prazo de dez anos.
- ~~c)~~ por vontade das partes, porém o acordo não pode estabelecer prazo maior do que cinco anos para a divisão, suscetível de prorrogação ulterior.
- d) perpetuamente, em razão de disposição testamentária.
- e) apenas em razão de disposição legal, para atender o interesse público.

# JUIZ SUBSTITUTO / FCC - 2011 – TJ- PE

## PARTE GERAL

Os imóveis a seguir mencionados pertencem:


Imóvel 1 - a uma pessoa jurídica de direito privado, mas de que o Estado é acionista;

Imóvel 2 – a uma autarquia, onde funciona hospital para atendimento gratuito da população;

Imóvel 3 – a um loteamento urbano aprovado e registrado, para servir de praça pública, mas cujo terreno não foi objeto de desapropriação;

Imóvel 4 – ao município que o recebeu, por ser a herança vacante, e que permanece sem destinação.

Esses imóveis são classificados, respectivamente, como bens:

-  a) particular; público de uso especial; público de uso comum do povo; público dominical.
- b) Público de uso especial; público de uso especial; particular por falta de desapropriação; público dominical.
- c) particular; público de uso comum do povo; público de uso comum do povo; público de uso especial.
- d) público dominical; público de uso especial; particular, por falta de desapropriação mas que se tornará público pela usucapião; público dominical.
- e) particular; público de uso especial; particular que só se tornará público por desapropriação; público dominical.

# JUIZ SUBSTITUTO / FCC - 2015 – TJ- SC

## PARTE GERAL

*O princípio da boa fé, no Código Civil Brasileiro, não foi consagrado, em artigo expresso, como regra geral, ao contrário do Código Civil Alemão. Mas o nosso Código Comercial incluiu-o como princípio vigorante no campo obrigacional e relacionou-o também com os usos de tráfico (23). Contudo, a inexistência, no Código Civil, de artigo semelhante ao § 242 do BGB não impede que o princípio tenha vigência em nosso direito das obrigações, pois se trata de proposição jurídica, com significado de regra de conduta. O mandamento engloba todos os que participam do vínculo obrigacional e estabelece, entre eles, um elo de cooperação, em face do fim objetivo a que visam (Clóvis V. do Couto e Silva. A obrigação como processo. José Bushatsky, Editor, 1976, p. 29-30).*

Esse texto foi escrito na vigência do Código Civil de 1916. O Código Civil de 2002:

- ☒ a) trouxe, porém, mandamento de conduta, tanto ao credor como ao devedor, estabelecendo entre eles o elo de cooperação referido pelo autor.
- b) trouxe disposição análoga à do Código Civil alemão, mas impondo somente ao devedor o dever de boa-fé.
- c) também não trouxe qualquer disposição semelhante à do Código Civil alemão estabelecendo elo de cooperação entre credor e devedor.
- d) trouxe disposição semelhante à do Código Civil alemão, somente na parte geral e como regra interpretativa dos contratos.
- e) trouxe disposição análoga à do Código civil alemão, mas impondo somente ao credor o dever de boa-fé.

# JUIZ SUBSTITUTO / FCC - 2011 – TJ- PE

## PARTE GERAL


Na interpretação do silêncio, como manifestação da vontade, é correto afirmar que:

- a) sempre que uma das partes silenciar, quando devesse a manifestar, caracteriza-se o consentimento.
- ☒ b) importa anuência, quando as circunstâncias ou os usos o autorizarem, e não for necessária a declaração de vontade expressa.
- c) vigora o adágio “quem cala consente”, em qualquer circunstância.
- d) o silêncio só importará consentimento depois de ratificação expressa.
- e) não se admite o silêncio como forma de manifestação da vontade, salvo nos casos em que a ratificação tácita é prevista em lei.

# JUIZ SUBSTITUTO / FCC - 2009 – TJ- AP

## PARTE GERAL

Distinguem-se a condição suspensiva, o termo inicial e o encargo porque a condição

- a) se refere sempre a evento futuro e certo, enquanto o termo se refere a evento futuro e incerto, sendo que o encargo não se vincula, na sua definição, à circunstância de ser o seu cumprimento certo ou incerto.
- b) suspensiva, enquanto não verificada, impede o exercício, mas não a aquisição do direito; o termo inicial suspende a aquisição e o exercício do direito e o encargo nunca suspende a aquisição, nem o exercício do direito.
- c) é suspensiva, enquanto não verificada, impede a aquisição e o exercício do direito; o termo inicial suspende o exercício, mas não a aquisição do direito e o encargo tal qual a condição suspensiva, sempre impede, enquanto não cumprido, a aquisição e o exercício do direito.
- d) suspensiva, enquanto não verificada impede a aquisição do direito, mas não o seu exercício ou os atos de sua conservação; o termo inicial suspende o exercício, mas não a aquisição do direito ou os atos de sua conservação e o encargo sempre suspende o exercício, mas não a aquisição do direito, tal qual ocorre com o termo inicial.
-  e) suspensiva, enquanto não verificada, impede a aquisição e o exercício do direito; o termo inicial suspende o exercício, mas não a aquisição do direito e o encargo não suspende a aquisição, nem o exercício do direito, salvo se imposto no negócio jurídico pelo disponente, como condição suspensiva.



# JUIZ SUBSTITUTO / FCC - 2015 – TJ- AL

## PARTE GERAL


É anulável:

- a) o negócio que tenha por objetivo fraudar lei imperativa.
- b) o contrato que tem por objeto herança de pessoa viva.
- ~~c)~~ a troca de bens com valores desiguais entre ascendentes e descendentes sem o consentimento dos outros descendentes.
- d) o negócio jurídico simulado.
- e) o negócio proibido por lei, que não lhe comina sanção.

# JUIZ SUBSTITUTO / FCC - 2011 – TJ- PE

## PARTE GERAL

Consideram-se: I. válido; II. ineficaz; III. anulável; IV. nulo, os seguintes negócios jurídicos, respectivamente:

- a) I. a alienação fiduciária de imóvel no Sistema Financeiro Imobiliário (SFI) por instrumento público; II. o pacto antenupcial celebrado por instrumento particular se o casamento se lhe seguir; III. o contrato que tenha por objeto herança de pessoa viva; IV. o negócio jurídico celebrado em estado de perigo.
- b) I. pacto antenupcial celebrado por instrumento particular se os nubentes não possuírem imóveis antes do casamento; II. o contrato que tenha por objeto herança de pessoa viva; III. o negócio jurídico realizado em estado de perigo; IV. a alienação fiduciária de imóvel no Sistema de Financiamento Imobiliário (SFI) por instrumento particular.
- c) I. o contrato que tenha por objeto herança de pessoa viva, se esta consentir; II. o pacto antenupcial celebrado por instrumento público, se não lhe seguir o casamento; III. o negócio jurídico realizado em estado de perigo; IV. a alienação fiduciária de imóvel no Sistema de Financiamento Imobiliário (SFI), por instrumento particular.
-  d) I. a alienação fiduciária de imóvel no Sistema de Financiamento Imobiliário (SFI) por instrumento particular ; II. o pacto antenupcial celebrado por instrumento público, se não lhe seguir o casamento; III. o negócio jurídico realizado em estado de perigo; IV. o contrato que tenha por objeto herança de pessoa viva.
- e) I. a alienação fiduciária de imóvel no Sistema de Financiamento Imobiliário (SFI) por instrumento público ; II. o pacto antenupcial celebrado por instrumento particular se o casamento se lhe seguir; III. o contrato que tenha por objeto herança de pessoa viva; IV. o negócio jurídico celebrado em estado de perigo.

# JUIZ SUBSTITUTO / FCC - 2009 – TJ- GO

## PARTE GERAL

O erro de direito, não implicando recusa à aplicação da lei, se for o motivo único ou principal do negócio jurídico:

- a) é irrelevante, para a validade do negócio jurídico, porque vigora a presunção absoluta de que todos conhecem a lei.
- b) torna-o inexistente, por ilicitude do objeto.
- c) torna-o nulo, ainda que se trate de transação homologada em Juízo.
- d) torna-o somente ineficaz, mesmo que se trate de transação a respeito das questões objeto de controvérsia, homologada em Juízo.
- ~~e) torna-o anulável, contudo a transação não se anula por erro de direito a respeito das questões objeto da controvérsia entre as partes.~~

Em comentário ao Código Civil de 1916, escreveu Carpenter (**Manual do Código Civil Brasileiro**. Paulo de Lacerda, v. IV. p. 208. Jacintho Ribeiro dos Santos Editor, 1919): *Desde as considerações introductorias desta obra (ns. 1-19, acima) viemos sempre salientando que a prescrição extintiva era um instituto peculiar às acções, a saber, que ella extinguia acções, e somente acções. E ainda há pouco (n. 59), voltámos ao assumpto e lhe dedicámos as ultimas ponderações. Dada essa orientação, claro se torna que, mesmo antes de o externarmos, já está patente o nosso modo de pensar acerca do assumpto, a saber – as excepções não estão sujeitas a prescrever: são imprescritíveis.*

No Código Civil de 2002, a matéria foi resolvida de modo:

- ☒ a) diferente, porque pela prescrição extingue-se a pretensão e a exceção prescreve no mesmo prazo em que a pretensão.
- b) parcialmente diferente, porque pela prescrição extingue-se a ação, extinguindo-se o direito pela decadência e no mesmo prazo da ação extingue-se a exceção.
- c) idêntico, porque a prescrição extingue a ação, enquanto a decadência extingue o direito e as exceções são imprescritíveis.
- d) idêntico, porque a prescrição extingue a ação, enquanto a decadência extingue o direito, e nada dispôs sobre a prescrição das exceções.
- e) parcialmente diferente, porque pela prescrição extingue-se a pretensão e a exceção é imprescritível.

# JUIZ SUBSTITUTO / FCC - 2009 – TJ- GO

## PARTE GERAL

O empresário **X** é locatário de dois imóveis, sendo o contrato de um deles por prazo determinado de seis (06) anos e o de outro, também por prazo determinado, mas de um (01) ano, com cláusula estabelecendo que o locatário poderá renová-lo por igual prazo desde que notifique o locador até sessenta (60) dias antes do término, sob pena de a locação prorrogar-se por prazo indeterminado. Os prazos que o empresário **X** tem para mover ação renovatória do primeiro contrato de locação e para renovar anualmente o segundo contrato de locação classificam-se:

- a) ambos como decadenciais e passíveis de reconhecimento de ofício pelo Juiz.
- ~~b)~~ ambos como decadenciais, sendo apenas o primeiro passível de reconhecimento de ofício pelo Juiz.
- c) ambos como prescricionais, sendo o primeiro passível de reconhecimento de ofício pelo Juiz.
- d) o primeiro, como prescricional e o segundo como decadencial, nenhum deles podendo ser reconhecido de ofício pelo Juiz.
- e) o primeiro como decadencial e o segundo como prescricional, sendo ambos passíveis de recebimento de ofício pelo Juiz.

# JUIZ SUBSTITUTO / FCC - 2011 – TJ- PE

## PARTE GERAL

O motorista José, no dia 08 de dezembro de 2005, envolveu-se em acidente de trânsito, do qual resultaram danos em seu veículo e aos ciclistas Pedro e João, à época contando 12 (doze) e 16 (dezesseis) anos de idade, respectivamente. No procedimento criminal José foi absolvido, transitando em julgado a sentença em 09/06/2006. José ajuizou ação indenizatória contra Pedro e João, que têm patrimônio próprio, em 17/03/2009. Os réus, em peças distintas, contestaram, alegando que José fora culpado no acidente e apresentaram pedido contraposto, na audiência realizada em 12/06/2009, pleiteando indenização para serem ressarcidos dos prejuízos que também sofreram, inclusive mediante compensação se o juiz concluir pela concorrência de culpas. Foram ouvidas testemunhas e o juiz, de ofício, reconheceu que as pretensões do autor e dos réus estavam prescritas, porque já decorridos mais de 3 (três) anos desde o acidente, sendo este o prazo estabelecido no artigo 206, § 3º, V, do Código Civil. A sentença é:

- ☒ a) parcialmente correta, porque a prescrição só atingiu as pretensões de José e de João.
- b) correta tanto em relação ao autor como aos réus.
- c) incorreta, porque a prescrição não atingiu as pretensões do autor nem dos réus, à vista de circunstâncias que obstam o curso do prazo prescricional.
- d) incorreta, porque o Juiz não pode, de ofício, reconhecer a prescrição.
- e) Parcialmente correta, porque a prescrição atingiu a pretensão do autor, mas não atinge o pedido contraposto, porque se caracteriza como exceção.

# JUIZ SUBSTITUTO / FCC - 2015 – TJ- SC

## OBRIGAÇÕES

A obrigação natural é judicialmente:

- ☒ A) inexigível, mas se for paga, não comporta repetição.
- ☐ B) exigível, exceto se o devedor for incapaz.
- ☐ C) exigível e só comporta repetição se for paga por erro.
- ☐ D) exigível e em nenhuma hipótese comporta repetição.
- ☐ E) inexigível e se for paga comporta repetição, independentemente de comprovação de erro no pagamento.

# JUIZ SUBSTITUTO / FCC - 2009 – TJ- AP

## OBRIGAÇÕES

Na obrigação de dar coisa certa,

- ~~a)~~ até a tradição pertence ao devedor a coisa, com os seus melhoramentos e acrescidos, pelos quais poderá exigir aumento no preço e se o credor não anuir, poderá o devedor resolver a obrigação.
- b) os frutos, pendentes ou percebidos, são do devedor.
- c) desde a realização do negócio jurídico e independentemente da tradição, pertencerá ao credor a coisa, com os seus melhoramentos e acessórios, pelos quais não será obrigado a qualquer pagamento adicional.
- d) deteriorada a coisa antes da tradição, sem culpa do devedor, resolve-se de pleno direito a obrigação.
- e) deteriorada a coisa, antes da tradição, sem culpa do devedor, o credor será obrigado a aceitar a coisa, com abatimento proporcional do preço.



A indústria de cerâmica X celebrou contrato de fornecimento de carvão mineral, durante um ano, com empresa mineradora estabelecendo o instrumento que o produto deveria ser apropriado para a combustão, contudo sem fixar percentual máximo de cinza, sabendo-se que melhor será a combustão, quanto menor a quantidade de cinza. Ao fazer a primeira entrega do produto, o adquirente verificou que a quantidade de cinza era muito alta e que seu concorrente recebia carvão com quantidade de cinza muito baixa. Notificada, a mineradora esclareceu que, no contrato firmado com a concorrente, ficara estabelecido aquele percentual mínimo, o que não figurava no contrato firmado com a Cerâmica X e, por isso, entregava o carvão de pior qualidade. A indústria X ajuizou ação, com pedido de antecipação de tutela, para que a Mineradora Y lhe entregasse o carvão de melhor qualidade. O juiz, após a contestação, e tendo sido comprovada a existência de um produto intermediário, deferiu a liminar, determinando que este fosse o objeto da entrega. Ambas as partes interpuseram agravo de instrumento, pedindo a ré que fosse a liminar revogada e a autora, que fosse a decisão reformada para que a agravada lhe entregasse o carvão de melhor qualidade. Considerando a disposição específica de direito material, nesse caso:

A) ambos os recursos devem ser providos parcialmente, para que a ré seja compelida a, alternadamente, entregar o produto melhor, o intermediário e o pior.

~~B) ambos os agravos devem ser improvidos, porque o devedor não poderá dar a coisa pior, nem será obrigado a prestar a melhor.~~

C) deve ser provido o agravo do réu, porque não resultando o contrário do título da obrigação, a escolha pertence ao devedor.

D) deve ser provido o recurso da autora, porque, não resultando o contrário do título da obrigação, a escolha pertence ao credor.

E) deve ser provido o recurso da autora, porque a ré violou o dever de boa-fé.

# JUIZ SUBSTITUTO / FCC - 2011 – TJ- PE

## OBRIGAÇÕES

Sendo a obrigação indivisível e conjunta ou existindo solidariedade passiva em obrigação divisível, o credor:

- a) pode cobrar a dívida toda apenas de cada um dos devedores da obrigação indivisível, embora seja ela conjunta, mas não pode cobrar a dívida toda apenas de um dos devedores solidários, se a obrigação deles é divisível.
- b) pode cobrar a dívida toda de apenas um dos devedores solidários, mas não pode cobrar integralmente a dívida de apenas um dos devedores se a obrigação é conjunta ainda que indivisível.
- ~~c)~~ pode, em ambos os casos, cobrar a dívida toda de qualquer dos devedores.
- d) não pode o credor em nenhum desses dois casos cobrar a dívida toda de apenas um dos devedores.
- e) terá de demandar, em ambos os casos, todos os devedores, mas terá direito de receber apenas de um deles.

# JUIZ SUBSTITUTO / FCC - 2009 – TJ- GO

## OBRIGAÇÕES

Convertendo-se a prestação em perdas e danos:

- a) subsiste para todos os efeitos a solidariedade, mas quando a obrigação é indivisível, perde esta qualidade, e, mesmo que seja de um só a culpa, todos os devedores responderão por partes iguais.
- b) não subsistem a solidariedade e a indivisibilidade da obrigação e sendo de todos a culpa, todos respondem por partes iguais, mas sendo de um dos devedores a culpa, os demais ficam exonerados.
- c) não subsiste a solidariedade, mas se mantém a indivisibilidade da obrigação.
- d) subsistem para todos os efeitos a solidariedade e a indivisibilidade da obrigação.
- ~~e)~~ subsiste para todos os efeitos a solidariedade, mas quando a obrigação é indivisível, perde esta qualidade, e, se houver culpa de todos os devedores, responderão por partes iguais.

# JUIZ SUBSTITUTO / FCC - 2009 – TJ- AP

## OBRIGAÇÕES

E facultado a terceiro assumir a obrigação do devedor

- a) podendo aquele, entretanto, opor ao credor as exceções pessoais que competiam ao devedor primitivo.
- b) independentemente do consentimento do credor, ficando exonerado o devedor primitivo, salvo se aquele, ao tempo da assunção, era insolvente e o credor o ignorava.
- ~~c)~~ com o consentimento expresso do credor, ficando exonerado o devedor primitivo, salvo se aquele, ao tempo da assunção, era insolvente e o credor o ignorava.
- d) mas não se extinguem, com a assunção da dívida, as garantias especiais dadas pelo devedor primitivo originariamente;
- e) sendo que, notificado o credor para que consinta na assunção da dívida em certo prazo, o seu silêncio interpreta-se como aceitação.

# JUIZ SUBSTITUTO / FCC - 2011 – TJ- PE

## OBRIGAÇÕES

O pagamento efetuar-se-á:

- a) no domicílio do credor, salvo convenção em contrário.
- ~~b)~~ no local convencionado, mas o pagamento feito reiteradamente em outro local faz presumir renúncia do credor relativamente ao previsto no contrato.
- c) sempre no domicílio do devedor, salvo, apenas, disposição legal em sentido contrário.
- d) onde melhor atender o interesse do credor, salvo convenção em sentido contrário.
- e) onde for menos oneroso para o devedor, salvo convenção em sentido contrário.

# JUIZ SUBSTITUTO / FCC - 2015 – TJ- SC

## OBRIGAÇÕES

A vítima de um acidente automobilístico ajuizou, um ano após o fato, ação indenizatória contra o condutor, a quem o proprietário confiara o veículo, ocorrendo imediatamente a citação. Achando-se ainda o processo em curso, mas já passados quatro anos do acidente, a vítima propôs ação indenizatória contra o proprietário do automotor, que, na contestação, alegou inviabilidade do pedido, em razão da pretensão já deduzida contra o condutor, e prescrição. Nesse caso:

- A) o juiz deverá extinguir o processo, porque a propositura da ação contra um dos devedores importa renúncia do direito em relação ao outro.
- B) ambas as alegações do réu encontram respaldo na lei.
- ~~C) nenhuma das alegações do réu deve ser acolhida.~~
- D) apenas a alegação de inviabilidade do pedido, em razão da pretensão já deduzida contra o condutor, é acolhível.
- E) apenas a arguição de prescrição é acolhível.

# JUIZ SUBSTITUTO / FCC - 2009 – TJ- AP

## RESPONSABILIDADE CIVIL

A responsabilidade civil e independente da criminal, porém

- a) a absolvição do acusado de causar o dano, em ação penal pelo mesmo fato, em razão de insuficiência de prova da autoria, isenta-o da obrigação de indenizar.
- b) a pessoa criminalmente imputável fica isenta de responder pelos prejuízos que causar.
- c) a absolvição do causador de dano, em ação penal, pelo reconhecimento de que agiu em estado de necessidade, torna automaticamente certa a obrigação de indenizar.
- ~~d)~~ quando o pedido indenizatório se originar de fato que deva ser apurado no juízo criminal, não corre prescrição antes da respectiva sentença definitiva.
- e) só ficará sujeito a pagar indenização o agente que não for absolvido na ação penal, se o fato também constituir crime.

# JUIZ SUBSTITUTO / FCC - 2015 – TJ- AL

## RESPONSABILIDADE CIVIL

A responsabilidade civil decorrente do abuso do direito:

- A) determina indenização material, independentemente de comprovação de prejuízo.
- B) não acarreta consequência pecuniária, se não houver dano moral.
- C) rege-se pelo critério subjetivo, só sendo indispensável o dano.
- D) rege-se pelo critério subjetivo, sendo indispensável o dano apenas quando configurado dolo.
- ~~E) independe de comprovação de culpa.~~



# JUIZ SUBSTITUTO / FCC - 2009 – TJ- AP

## REAIS

Considera-se de boa-fé a posse

- a) desde que não seja violenta, clandestina ou precária.
- ~~b)~~ se o possuidor ignora o vício, ou o obstáculo, que impede a aquisição da coisa.
- c) de quem possui justo título, porque, neste caso, a seu favor milita presunção absoluta.
- d) somente de quem ostenta título de domínio.
- e) apenas de quem recolhe os tributos incidentes sobre a coisa.

# JUIZ SUBSTITUTO / FCC - 2015 – TJ- AL

## REAIS

A posse direta de pessoa que tem a coisa em seu poder, temporariamente, em virtude de algum direito:

A) pessoal ou real anula a indireta, de quem aquela foi havida, podendo o possuidor direto defender a sua posse contra o indireto, não podendo, porém, defender sua posse contra o que teve posse direta.

B) real não anula a indireta, de quem aquela foi havida, podendo o possuidor direto defender a sua posse contra o indireto, mas esse mesmo direito não terá, se a posse direta advier de direito pessoal.

~~C) pessoal ou real não anula a indireta, de quem aquela foi havida, podendo o possuidor direto defender a sua posse contra o indireto.~~

D) pessoal não anula a indireta, de quem aquela foi havida, podendo o possuidor direto defender a sua posse contra o indireto, mas esse mesmo direito não terá se a posse direta advier de direito real.

E) pessoal ou real anula a indireta, de quem aquela foi havida, podendo o possuidor direto defender a sua posse contra o indireto, bem como defender a sua posse contra o que teve posse direta.

Considere as seguintes afirmações a respeito do direito de propriedade:

I . A propriedade do solo abrange a do espaço aéreo e subsolo correspondentes, jazidas e minas, mas excluídos os monumentos arqueológicos.

II . São defesos os atos que não trazem ao proprietário qualquer comodidade, ou utilidade, e sejam animados pela intenção de prejudicar a outrem.

III . O proprietário também pode ser privado da coisa se o imóvel reivindicado consistir em extensa área, na posse ininterrupta e de boa-fé, por mais de cinco anos, de considerável número de pessoas, e estas nela houverem realizado, em conjunto ou separadamente, obras e serviços considerados pelo juiz de interesse social e econômico relevante.

IV . A propriedade presume-se plena e exclusiva, até prova em contrário.

V. Somente pode reivindicar a coisa o proprietário que, ao ser dela privado, estivesse na sua posse direta.

Estão corretas as afirmações

a) I, II e III.

b) I, III e V.

c) I, IV e V.

~~d) II, III e IV.~~

e) II, III e V.

# JUIZ SUBSTITUTO / FCC - 2015 – TJ- AL

## REAIS

A propriedade do solo:

A) abrange a do subsolo apenas para explorar os recursos minerais de emprego imediato na construção civil, desde que não submetidos a transformação industrial.

~~B)~~ abrange a do espaço aéreo e subsolo correspondentes, em altura e profundidade úteis ao seu exercício, não podendo o proprietário opor-se a atividades que sejam realizadas, por terceiros, a uma altura ou profundidade tais, que não tenha ele interesse legítimo em impedi-las.

C) não abrange a do subsolo, por isso o proprietário não pode opor-se a atividades que sejam realizadas por terceiros no subsolo, ainda que tenha interesse em impedi-las.

D) não abrange a do espaço aéreo, mas abrange a do subsolo.

E) não abrange a do espaço aéreo e o subsolo correspondentes, em qualquer altura ou profundidade, mesmo que úteis ao seu exercício, podendo, entretanto, obter autorização administrativa para sua utilização, desde que não prejudique terceiros ou o interesse público.

# JUIZ SUBSTITUTO / FCC - 2015 – TJ- SC

## REAIS

João X, que se estabelecera em um terreno abandonado havia um (01) ano e nele construía um casebre, foi surpreendido com a citação para defender-se em ação de reintegração de posse, movida por José Y, que alegava e provava ter adquirido o imóvel, conforme escritura de compra e venda devidamente registrada, três (03) anos atrás. A ação possessória deverá ser julgada:

- A) procedente, mas João X terá direito à retenção do imóvel, enquanto não for indenizado da construção.
- B) procedente, mas João X deverá ser indenizado da construção, se possuidor de boa-fé, mas sem direito de retenção.
- C) improcedente e José Y ficará impedido de ajuizar ação reivindicatória.
- D) procedente, porque o registro da escritura de compra e venda torna o negócio oponível a terceiros e, por isso, a posse de João X é injusta.
- ~~E) improcedente, mas José Y não ficará inibido de ajuizar ação reivindicatória.~~

# JUIZ SUBSTITUTO / FCC - 2015 – TJ- SC

## REAIS

No condomínio edilício, cada condômino concorrerá nas despesas do condomínio na proporção:

- A) da respectiva área de suas unidades autônomas, salvo disposição em contrário na convenção, e se não pagar ficará sujeito aos juros moratórios convencionados, ou não sendo previstos, os de dois por cento ao mês e multa de até dez por cento sobre o débito.
- B) das suas frações ideais, salvo disposição em contrário na convenção, e se não pagar ficará sujeito aos juros moratórios convencionados ou, não sendo previstos, os de um por cento ao mês e multa de até dois por cento sobre o débito.
- C) da respectiva área de suas unidades autônomas, salvo disposição em contrário na convenção, e se não pagar ficará sujeito aos juros moratórios convencionados ou, não sendo previstos, os de um por cento ao mês e multa de até dois por cento sobre o débito.
- D) de suas frações ideais, não podendo a convenção estabelecer outro critério de cobrança, e se não pagar ficará sujeito aos juros moratórios convencionados ou, não sendo previstos, os de um por cento ao mês e multa de até dois por cento sobre o débito.
- E) das suas frações ideais, salvo disposição em contrário na convenção e se não pagar ficará sujeito aos juros moratórios convencionados ou, não sendo previstos, os de dois por cento ao mês e multa de até vinte por cento sobre o débito.

# JUIZ SUBSTITUTO / FCC - 2015 – TJ- AL

## REAIS

Um agricultor encontrou um carneiro perdido depois de evadir do aprisco e recusando-se as autoridades a abrigá-lo, passou a alimentá-lo e dele cuidar. Passados seis meses, o dono, descobrindo seu paradeiro, foi buscá-lo, sendo-lhe imediatamente entregue, porém cobrado das despesas comprovadamente realizadas, por quem o encontrara. Nesse caso, o dono do carneiro:

- A) apenas terá de pagar uma recompensa a seu critério, mas não as despesas.
- B) nada terá de pagar ao agricultor, porque a hipótese configura obrigação natural, cujo ressarcimento não pode ser coercitivamente exigido.
- C) deverá ressarcir o agricultor das despesas que teve, porque houve gestão de negócio, que não se presume gratuita.
- ~~D) deverá pagar ao agricultor as despesas que teve, e este poderá cobrá-las com fundamento na vedação de enriquecimento sem causa.~~
- E) só terá de ressarcir o agricultor, se houver feito publicamente promessa de recompensa.

# JUIZ SUBSTITUTO / FCC - 2015 – TJ- SC

## REAIS

O usufruto pode recair:

- A) apenas sobre imóveis urbanos, tendo o usufrutuário o direito de neles habitar, administrá-los e perceber os frutos, não podendo, porém, ceder o seu exercício.
- B) sobre bens móveis ou imóveis, devendo o usufrutuário deles utilizar, não podendo alugá-los ou emprestá-los.
- C) apenas sobre um ou mais bens, móveis ou imóveis, abrangendo-lhe os frutos e utilidades, mas não pode recair em um patrimônio inteiro.
- ~~D) em um ou mais bens, móveis ou imóveis, em um patrimônio inteiro, ou parte deste, abrangendo-lhe, no todo ou em parte, os frutos e utilidades.~~
- E) em um ou mais bens, móveis ou imóveis, dependendo no caso de imóveis, de registro e pode ser transferido por alienação, a título gratuito ou oneroso.



# JUIZ SUBSTITUTO / FCC - 2015 – TJ- SC

## REAIS

O instrumento do penhor deverá:

- A) mencionar o valor do crédito, sua estimação ou valor máximo; não poderá, entretanto, fixar taxa de juros.
- B) observar necessariamente a forma de escritura pública, quando se tratar de penhor rural.
- C) em qualquer de suas modalidades ser registrado no Cartório de Títulos e Documentos, por dizer respeito a garantia real com bens móveis.
- ~~D) ser levado a registro, no caso de penhor comum no Cartório de Títulos e Documentos e, no caso de penhor rural, no Cartório de Registo de Imóveis da circunscrição em que estiverem situadas as coisas empenhadas.~~
- E) identificar o bem dado em garantia com as suas especificações e o valor mínimo do crédito concedido.

# JUIZ SUBSTITUTO / FCC - 2009 – TJ- AP

## REAIS

Considere as seguintes afirmações sobre a hipoteca:

I . É nula a cláusula que proíbe ao proprietário alienar imóvel hipotecado.

II . O pagamento de uma ou mais prestações da dívida importa exoneração correspondente da garantia.

III . A hipoteca é garantia real que tem por objeto coisa imóvel, não podendo ser hipotecados quaisquer bens naturalmente móveis.

IV . É nula a cláusula que autoriza o credor hipotecário a ficar com o objeto da garantia, se a dívida não for paga, no vencimento, mas após o vencimento, poderá o devedor dar a coisa em pagamento da dívida.

V. O herdeiro do devedor não pode remir parcialmente a hipoteca na proporção de seu quinhão, mas pode fazê-lo no todo.

Estão corretas as afirmações

A) I, III e IV .

~~B) I, IV e V.~~

C) II, III e IV .

D) II, III e V.

E) III, IV e V.

# JUIZ SUBSTITUTO / FCC - 2009 – TJ- GO

## REAIS

Existindo, no loteamento urbano, restrições convencionais constantes do registro imobiliário:

- a) são obrigatórias apenas para os que adquirirem os lotes do loteador, não obrigando os sucessores a título singular ou universal dos primitivos adquirentes.
- b) desde que não tiverem sido vendidos todos os lotes, o loteador e os vizinhos serão partes legítimas para mover ação destinada a impedir construção em desacordo com aquelas restrições.
- c) depois de vendidos todos os lotes, somente os vizinhos poderão mover ação destinada a impedir construção em desacordo com aquelas restrições.
- ~~d)~~ o loteador, ainda que já tenha vendido todos os lotes, é parte legítima para mover ação destinada a impedir construção em desacordo com aquelas restrições.
- e) não prevalecerão, depois de vendidos todos os lotes, salvo se idênticas restrições constarem das leis e regulamentos municipais.

# JUIZ SUBSTITUTO / FCC - 2015 – TJ- AL

## DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL

Apresentada para inscrição escritura pública de instituição de bem de família, se houver reclamação por algum credor do instituidor, o Oficial do Registro de Imóveis:

A) inscreverá a escritura de instituição, representando ao juiz competente, para que julgue a reclamação e se ela for julgada procedente cancelará a inscrição.

B) suscitará dúvida perante o juiz competente, podendo o instituidor apresentar contestação e se o juiz a julgar procedente não se promoverá a inscrição.

~~C)~~ restituirá a escritura com a declaração de haver suspenso o registro, cancelando a prenotação, mas o instituidor poderá requerer ao juiz que ordene o registro, sem embargo da reclamação, e se o juiz determinar que se proceda ao registro, ressalvará ao reclamante o direito de recorrer à ação competente para anular a instituição ou de fazer execução sobre o prédio instituído, na hipótese de tratar-se de dívida anterior e cuja solução se tornou inexecutível em virtude do ato da instituição.

D) Suscitará dúvida perante o juiz competente, podendo o instituidor apresentar contestação, mas o juiz poderá, mesmo julgando-a procedente, determinar que se proceda ao registro, ressalvará ao reclamante o direito de recorrer à ação competente para anular a instituição ou de fazer execução sobre o prédio instituído, na hipótese de tratar-se de dívida anterior, e cuja solução se tornou inexecutível em virtude do ato da instituição.

E) restituirá a escritura com a declaração de haver suspenso o registro, cancelando a prenotação e remetendo o instituidor e o credor reclamante às vias judiciais ordinárias.

## CONTRATOS

Um imóvel divisível e pertencente a três pessoas físicas foi objeto de loteamento promovido por uma sociedade imobiliária, que indicou um de seus sócios para receber a procuração dos proprietários com a finalidade exclusiva de outorgar as escrituras de compra e venda aos compromissários compradores dos lotes, depois de pago o preço. Um dos proprietários faleceu e, mesmo depois do óbito, foi lavrada uma escritura de venda e compra firmada pelo procurador. Sabendo o Oficial do Registro de Imóveis da morte do mandante, devolveu a escritura ao apresentante, exigindo que ela fosse firmada pelo inventariante devidamente autorizado por alvará judicial. Inconformado o apresentante com a exigência, por entender que a procuração não se extinguiria pela morte do mandante, naquela hipótese:

- A) será o título devolvido pelo Oficial do Registro ao apresentante para que o adquirente ajuíze ação própria de procedimento contencioso, em que serão litisconsortes passivos necessários todos os alienantes.
- B) deverá o apresentante ajuizar pedido de registro ao Juiz competente, que será autuado e processado pelo procedimento de jurisdição voluntária e com audiência do Ministério Público.
- C) deverá o apresentante suscitar de imediato dúvida inversa, acompanhada do título e da exigência do Oficial do Registro, perante o Juízo competente para dirimi-la, ouvido o representante do Ministério Público.
- D) será o título, a requerimento do apresentante e com a declaração de dúvida, remetido pelo Oficial do Registro ao Ministério Público, para exarar parecer e encaminhá-lo ao Juízo competente para dirimir a dúvida, que intimará o apresentante para impugná-la.
- E) será o título, a requerimento do apresentante e com a declaração de dúvida, remetido pelo Oficial do Registro ao Juízo competente, para dirimi-la, depois de dar ciência da dúvida ao apresentante, que poderá impugná-la perante aquele Juízo.

# JUIZ SUBSTITUTO / FCC - 2009 – TJ- AP

## FAMÍLIA

As relações entre os companheiros, na união estável, obedecerão aos deveres de

- a) fidelidade recíproca, mútua assistência, vida em comum no domínio conjugal.
- ~~b)~~ lealdade, respeito e assistência, e de guarda, sustento e educação dos filhos.
- c) lealdade, respeito e consideração mútuos, sendo, porém, excluído o de prestar alimentos.
- d) lealdade, respeito e assistência e, obrigatoriamente, a observância nas relações patrimoniais das regras atinentes a comunhão parcial de bens no casamento.
- e) fidelidade recíproca, vida em comum no domínio conjugal e contribuição igualitária nas despesas domésticas.

# JUIZ SUBSTITUTO / FCC - 2009 – TJ- AP

## FAMÍLIA

Exceto no regime de separação absoluta de bens, ou sendo a outorga suprida judicialmente, nenhum dos cônjuges pode, sem autorização do outro,

- a) prestar aval, sendo-lhe, entretanto, permitido prestar fiança.
- b) alienar ou gravar de ônus real bens imóveis ou móveis adquiridos na constância do casamento.
- c) pleitear, como autor ou réu, acerca de direitos pessoais.
- ~~d)~~ alienar direitos hereditários.
- e) fazer doações nupciais aos filhos, quando casarem ou estabelecerem economia separada.

# JUIZ SUBSTITUTO / FCC - 2009 – TJ- GO

## FAMÍLIA

Poderá ser penhorado o único imóvel residencial da família:

- a) somente na execução de dívidas alimentícias promovida contra o dono do imóvel.
- ~~b)~~ em execução fundada em dívidas decorrentes de despesas ordinárias ou extraordinárias de condomínio incidentes sobre o mesmo imóvel.
- c) em qualquer execução fiscal movida pelo município onde o imóvel se localiza.
- d) em execução de quaisquer créditos trabalhistas ou previdenciários.
- e) na execução de fiança prestada em contratos bancários.



# JUIZ SUBSTITUTO / FCC - 2009 – TJ- GO

## FAMÍLIA

No regime da comunhão parcial de bens, pertencem a ambos os cônjuges:

- a) os frutos dos bens comuns percebidos na constância do casamento, ficando excluídos aqueles decorrentes dos bens particulares, ainda que percebidos na constância do casamento.
- b) somente os bens adquiridos na constância do casamento a título oneroso.
- ~~c)~~ os bens adquiridos na constância do casamento, por título oneroso, ainda que só em nome de um dos cônjuges e os adquiridos por fato eventual, mesmo sem o concurso de trabalho ou despesa anterior.
- d) os bens havidos por doação a um dos cônjuges e os adquiridos a título oneroso na constância do casamento.
- e) as benfeitorias em bens particulares de cada cônjuge e a herança que cada um deles receber, se não gravada com cláusula de incomunicabilidade.

# JUIZ SUBSTITUTO / FCC - 2009 – TJ- GO

## FAMÍLIA

Considere as seguintes afirmações:

- I. Sendo os pais julgados ausentes, os filhos menores serão necessariamente entregues em adoção a pessoa da família ou a estranho que tenha condições de criá-los.
- II. Decaindo os pais do poder familiar, aos filhos menores será nomeado tutor, respondendo o Juiz direta e pessoalmente quando não tiver nomeado tutor, ou não o houver feito oportunamente.
- III. Aos interditos dar-se-á curador, sendo, de direito, o cônjuge ou companheiro, não separado judicialmente ou de fato, o curador do outro, independentemente do regime de bens do casamento.
- IV. Poderá dar-se curador ao enfermo ou portador de doença física não interdito, a seu requerimento, para cuidar de todos ou alguns de seus negócios ou bens.
- V. A interdição do pródigo o privará de qualquer ato de administração ordinária de seus bens, mas não o impede de demandar sem a assistência do curador.

Está correto o que se afirma SOMENTE em:

- A) III, IV e V.
- B) I, II e III.
- C) I, III e V.

# JUIZ SUBSTITUTO / FCC - 2009 – TJ- GO

## FAMÍLIA


No regime da comunhão parcial de bens, pertencem a ambos os cônjuges:

- a) os frutos dos bens comuns percebidos na constância do casamento, ficando excluídos aqueles decorrentes dos bens particulares, ainda que percebidos na constância do casamento.
- b) somente os bens adquiridos na constância do casamento a título oneroso.
- ~~c)~~ os bens adquiridos na constância do casamento, por título oneroso, ainda que só em nome de um dos cônjuges e os adquiridos por fato eventual, mesmo sem o concurso de trabalho ou despesa anterior.
- d) os bens havidos por doação a um dos cônjuges e os adquiridos a título oneroso na constância do casamento.
- e) as benfeitorias em bens particulares de cada cônjuge e a herança que cada um deles receber, se não gravada com cláusula de incomunicabilidade.

# JUIZ SUBSTITUTO / FCC - 2009 – TJ- AP

## FAMÍLIA

A pessoa obrigada a suprir alimentos poderá

- a) apenas pensionar o alimentando, sendo-lhe vedado substituir a prestação por hospedagem e sustento.
- b) pensionar o alimentando, ou dar-lhe hospedagem e sustento, sem prejuízo do dever de prestar o necessário à sua educação, quando menor, cabendo, neste caso, ao Ministério Público estabelecer a forma de cumprimento da prestação.
-  c) pensionar o alimentando, ou dar-lhe hospedagem e sustento, sem prejuízo do dever de prestar o necessário à sua educação, quando menor, cabendo ao juiz, se as circunstâncias o exigirem, fixar a forma do cumprimento da prestação.
- d) pensionar o alimentando, ou dar-lhe hospedagem e sustento, salvo se se tratar de menor, porque, neste caso, a prestação terá de ser necessariamente em dinheiro, além do que for preciso para a educação.
- e) substituir, apenas em parte, e até o limite de dois terços (2/3) a prestação pecuniária por hospedagem e sustento.

# JUIZ SUBSTITUTO / FCC - 2015 – TJ- SC

## FAMÍLIA

Joaquim, viúvo, é pai de José, que se casara com Amélia. José e Amélia divorciaram-se. Três meses após esse divórcio, Joaquim e Amélia compareceram a um Cartório de Notas, solicitando ao Tabelião que lavrasse uma escritura pública de união estável, escolhendo o regime da comunhão universal de bens. O Tabelião recusou-se a lavrar a escritura, por reputar inválido o ato. A recusa:

A) justifica-se, mas poderá ser estabelecida a união estável entre os pretendentes depois de transcorridos trezentos (300) dias do divórcio de Amélia e desde que os bens deixados pelo cônjuge de Joaquim tenham sido inventariados e partilhados.

B) não se justifica, porque não há qualquer impedimento entre os pretendentes à união estável.

~~C) justifica-se, porque Joaquim e Amélia não podem estabelecer união estável.~~

D) só se justifica no tocante à escolha do regime de bens, porque seria obrigatório o regime da separação de bens.

E) só se justifica no tocante à escolha do regime de bens, porque o único admissível é o da comunhão parcial de bens na união estável.

# JUIZ SUBSTITUTO / FCC - 2015 – TJ- SC

## FAMÍLIA

Analise as seguintes assertivas sobre o regime de bens do casamento.

- I. No regime da comunhão parcial de bens excluem-se da comunhão os proventos do trabalho pessoal de cada cônjuge.
- II. No regime da separação de bens, salvo disposição em contrário no pacto antenupcial, ambos os cônjuges são obrigados a contribuir para as despesas do casal apenas na proporção dos rendimentos de seu trabalho.
- III. No regime da comunhão universal de bens, são excluídos da comunhão os bens herdados com a cláusula de inalienabilidade.
- IV. Nos regimes da comunhão parcial e da comunhão universal de bens, recusando-se um dos cônjuges à outorga para alienação de bem imóvel, cabe ao juiz supri-la, se não houver motivo justo para a recusa.
- V. Salvo no regime da separação de bens, é nula a fiança concedida por um dos cônjuges sem autorização do outro.

É correto o que se afirmar APENAS em:

- A) II, IV e V.
- B) III, IV e V.
- C) I, II e III.

# JUIZ SUBSTITUTO / FCC - 2015 – TJ- AL

## FAMÍLIA

A respeito do casamento putativo, é correto afirmar que:

- A) não encontra previsão legal, sendo criação da jurisprudência, para regularizar a posse do estado de casado.
- B) produz todos os efeitos, embora nulo ou anulável, independentemente de boa-fé de um ou de ambos os cônjuges, tendo em vista a necessidade de segurança jurídica em matéria de casamento.
- C) se não for nulo, mas apenas anulável, se contraído de boa-fé, por ambos os cônjuges, o casamento, em relação a estes como aos filhos, produz todos os efeitos até o dia da sentença anulatória.
- ~~D)~~ embora anulável ou mesmo nulo, se contraído de boa-fé por ambos os cônjuges, o casamento, em relação a estes como aos filhos, produz todos os efeitos até o dia da sentença anulatória.
- E) não produz nenhum efeito, porque o casamento se regula por normas de ordem pública

# JUIZ SUBSTITUTO / FCC - 2015 – TJ- AL

## ESTATUTO DO IDOSO

O direito à liberdade da pessoa idosa compreende:

A) o direito de ingressar gratuitamente em todas as salas de espetáculo ou de diversão.

B) a isenção de comparecer em juízo para depor em assuntos de Direito de Família.

C) a prerrogativa de não sofrer prisão civil, mesmo que seja devedor de alimentos.

D) o direito de não sofrer interdição, exceto no caso de loucura furiosa.

~~E) a faculdade de buscar refúgio.~~



# JUIZ SUBSTITUTO / FCC - 2015 – TJ- AL

## PARTE GERAL

Em ação de investigação de paternidade, recusando-se o suposto pai a submeter-se a exame de DNA:

- a) poderá ele aproveitar-se de sua recusa, porque haverá apenas presunção relativa de paternidade.
- ~~b)~~ não poderá aproveitar-se da recusa, mas não corre contra ele presunção absoluta de paternidade.
- c) não poderá ser suprida a prova que se pretendia obter com o exame.
- d) corre contra ele presunção absoluta de paternidade.
- e) não poderá ele produzir qualquer outra prova que infirme a paternidade.

# JUIZ SUBSTITUTO / FCC - 2009 – TJ- AP

## SUCESSÕES

Na sucessão legítima, não havendo descendente, ascendente, cônjuge sobrevivente ou companheiro do hereditando, herdarão os irmãos e, na sua falta,

- ~~a)~~ os filhos de irmãos falecidos, que herdarão por cabeça, porém, se concorrerem filhos de irmãos bilaterais com filhos de irmãos unilaterais, cada um destes herdara a metade do que herdar cada um daqueles.
- b) os filhos de irmãos falecidos, os quais herdarão por estirpe, sendo irrelevante se filhos de irmãos bilaterais ou unilaterais.
- c) ainda que tenham deixado filhos, herdarão os tios.
- d) os bens serão destinados ao município ou ao Distrito Federal, se localizados nas respectivas circunscrições, mesmo que existam quaisquer outros parentes do falecido.
- e) os filhos de irmãos falecidos, que herdarão por estirpe, porém, se concorrerem filhos de irmãos bilaterais com filhos de irmãos unilaterais, cada um destes herdara a metade do que herdar cada uns daqueles.

# JUIZ SUBSTITUTO / FCC - 2009 – TJ- AP

## SUCESSÕES

Na sucessão testamentaria, aplica-se a seguinte regra:

- a) não valera a disposição em remuneração de serviços prestados ao testador, por ocasião da moléstia de que faleceu, por se presumir em decorrência de captação dolosa da vontade.
- b) só podem testar os maiores de dezoito (18) anos.
- c) em nenhuma circunstância se pode nomear herdeiro ou legatário sob condição.
- d) as cláusulas de impenhorabilidade e incomunicabilidade determinam, também, a inalienabilidade.
- ~~e)~~ a incapacidade superveniente do testador não invalida o testamento, nem o testamento do incapaz se valida com a superveniência da capacidade.

# JUIZ SUBSTITUTO / FCC - 2009 – TJ- GO

## SUCESSÕES

Qualquer que seja o regime de bens do casamento, ao cônjuge sobrevivente é assegurado:

- a) Somente o direito de meação dos bens adquiridos na constância casamento, não participando da herança do falecido em nenhuma hipótese, se ele tiver descendentes ou ascendentes.
- ~~b)~~ o direito real de habitação relativo ao imóvel destinado à residência da família, desde que seja o único daquela natureza a inventariar.
- c) o direito de propriedade resolúvel do imóvel destinado à residência da família enquanto vivo for, não sendo, por isto, suscetível de inventário.
- d) o usufruto do imóvel destinado à residência da família, desde que seja o único daquela natureza a inventariar.
- e) o direito de participar da herança, concorrendo com os descendentes ou ascendentes do falecido.

# JUIZ SUBSTITUTO / FCC - 2015 – TJ- SC

## SUCESSÕES

A sucessão *mortis causa* pode dar-se:

- ☒ A) a título universal e a título singular, caracterizando-se a primeira pela transmissão do patrimônio ou cota parte do patrimônio do defunto e a segunda, pela transferência de algum ou alguns bens determinados.
- B) se legítima, apenas a título universal e se testamentária, apenas a título singular.
- C) apenas a título universal.
- D) apenas a título singular, porque a lei exige a partilha de bens entre os herdeiros.
- E) a título singular e a título universal, caracterizando-se a primeira pela transmissão de cota parte do patrimônio do defunto e a segunda, pela transmissão de certa generalidade de coisa ou cota parte concreta de bens.

# JUIZ SUBSTITUTO / FCC - 2015 – TJ- AL

## SUCESSÕES

Morrendo alguém, sem deixar testamento, e possuindo como únicos parentes vivos o filho e a neta, ambos de um primo irmão, os bens do falecido serão destinados:

- A) ao filho do primo irmão e à neta do primo irmão, que herdarão por estirpe e por cabeça respectivamente.
- B) ao filho do primo irmão e à neta do primo irmão, que herdarão por cabeça e por estirpe, respectivamente.
- C) ao filho do primo irmão.
- D) ao filho e à neta do primo irmão, em partes iguais.
- ~~E) ao Município em que se encontrarem.~~

# JUIZ SUBSTITUTO / FCC - 2011 – TJ- PE

## LINDB

No Direito brasileiro vigora a seguinte regra sobre a repristinação da lei:

- a) Não se destinando a vigência temporária, a lei vigorará até que outra a modifique ou revogue.
- b) se, antes de entrar em vigor, ocorrer nova publicação da lei, destinada a correção, o prazo para entrar em vigor começará a correr da nova publicação.
- c) as correções a texto de lei já em vigor consideram-se lei nova.
- ~~d)~~ salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.
- e) a lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.

# JUIZ SUBSTITUTO / FCC - 2009 – TJ- GO

## LINDB

Na classificação das leis, pode-se afirmar que aquelas que disciplinam a licitação para aquisição de bens pela Administração pública, aquelas que regulam os impedimentos matrimoniais e aquela que dispõe sobre a concentração nas obrigações de dar coisa incerta são, respectivamente:

- A) de direito público, de direito público e de direito privado supletiva.
- B) de direito privado mas de ordem pública, de direito público e de direito privado supletiva.
- ~~C) de direito público, de direito privado mas de ordem pública e de direito privado supletiva.~~
- D) de direito público, de direito privado supletivas e de direito privado cogente.
- E) de direito privado cogente, de direito privado de ordem pública e de direito privado supletiva.



# JUIZ SUBSTITUTO / FCC - 2015 – TJ- SC

## LINDB

*Dêste modo, quando surge no seu logrador um animal alheio, cuja marca conhece, o restitui de pronto. No caso contrário, conserva o intruso, tratando-o como aos demais. Mas não o leva à feira anual, nem o aplica em trabalho algum; deixa-o morrer de velho. Não lhe pertence. Se é uma vaca e dá cria, ferra a esta com o mesmo sinal desconhecido, que reproduz com perfeição admirável; e assim pratica com tôda a descendência daquela. De quatro em quatro bezerros, porém, separa um, para si. É a sua paga. Estabelece com o patrão desconhecido o mesmo convênio que tem com o outro. E cumpre estritamente, sem juízes e sem testemunhas, o estranho contrato, que ninguém escreveu ou sugeriu. Sucede muitas vêzes ser decifrada, afinal, uma marca sòmente depois de muitos anos, e o criador feliz receber, ao invés da peça única que lhe fugira e da qual se deslembra, uma ponta de gado, todos os produtos dela. Parece fantasia êste fato, vulgar, entretanto, nos sertões. (Euclides da Cunha – **Os sertões**. 27. ed. Editôra Universidade de Brasília, 1963, p. 101).*

O texto acima, sobre o vaqueiro, identifica:

- A) espécie de lei local, de cujo teor ou vigência o juiz pode exigir comprovação.
- B) a analogia, como um meio de integração do Direito.
- C) um princípio geral de direito, aplicável aos contratos verbais.
- ☒ D) o uso ou costume como fonte ou forma de expressão do Direito.
- E) a equidade que o juiz deve utilizar na solução dos litígios.

# JUIZ SUBSTITUTO / FCC - 2015 – TJ- AL

## LINDB

*Os termos que obtiveram na linguagem jurídica um significado específico, como, por exemplo, contrato, crédito, impugnabilidade, nulidade de um negócio jurídico, herança, legado, são usados nas leis, na maioria das vezes, com este significado especial. Deste modo, eliminam-se inúmeras variantes de significado do uso linguístico geral e o círculo dos possíveis significados, adentro do qual se há- se proceder à seleção com base noutros critérios, estreita-se em grande medida. Com o esclarecimento do uso linguístico jurídico preciso, a interpretação pode, em certas ocasiões, chegar ao seu termo, a saber, quando nada indicie no sentido de que a lei se desviou, precisamente nesta passagem, daquele uso.* (LARENZ, Karl. **Metodologia da Ciência do Direito**. Tradução de José Lamago. Fundação Calouste Gulbenkian 2. ed. Lisboa, 1989. p. 386)

- A) à interpretação lógica da lei.
- ☒ B) aos usos e costumes como fonte interpretativa do direito.
- C) à interpretação literal da lei.
- D) à analogia.
- E) à interpretação sistemática da lei.

# JUIZ SUBSTITUTO / FCC - 2015 – TJ- SC

## CONTRATOS

Uma pessoa jurídica de direito privado, que atua na área de supermercados, celebrou com outra pessoa jurídica, que se dedica a atividades no ramo imobiliário, contrato pelo qual está se comprometeu a adquirir um terreno indicado por aquela e a construir um prédio a fim de que lhe fosse locado pelo prazo de vinte anos, sendo que, se a locatária denunciasse o contrato antes do termo final, ficaria sujeita a multa equivalente à soma dos valores dos aluguéis a receber até o fim do prazo da locação.

- I. É um contrato atípico, porque não disciplinado especificamente em lei, vigorando apenas as condições livremente pactuadas entre as partes.
- II. A multa contratual devida pela denúncia do contrato será sempre proporcional ao período de cumprimento do contrato, sendo nula a cláusula que estipulou multa equivalente à soma dos valores dos aluguéis a receber até o termo final da locação.
- III. Nele poderá ser convencionada a renúncia ao direito de revisão do valor dos aluguéis durante o prazo de sua vigência.
- IV. É uma operação imobiliária conhecida como *built to suit*, mas disciplinada na lei que dispõe sobre as locações dos imóveis urbanos.
- V. É modalidade de locação residencial ou não residencial para a qual a lei estabelece regras especiais entre as quais a de que o prazo será sempre determinado

# JUIZ SUBSTITUTO / FCC - 2009 – TJ- GO

## CONTRATOS

O leasing financeiro e a alienação fiduciária em garantia caracterizam-se, respectivamente, pela:

- a) aquisição, em ambos os contratos, de bens duráveis mediante financiamento bancário, sem que haja transferência de propriedade entre credor e devedor, ficando o bem em penhor nas mãos do devedor.
- ~~b)~~ aquisição do bem pelo financiador e locação dele para o tomador, que escolheu o bem, com opção de compra depois de certo prazo; e pela transferência pelo fiduciante da propriedade resolúvel do bem ao fiduciário, que o transferirá ao fiduciante mediante o cumprimento das obrigações por este assumidas.
- c) alienação do bem pelo proprietário que continuar na posse do bem como locatário, com opção de recomprá-lo depois de certo prazo; e pela transferência pelo fiduciante da propriedade resolúvel do bem ao fiduciário, que o transferirá ao fiduciante mediante o cumprimento das obrigações por este assumidas.
- d) locação do bem com obrigação de assistência técnica ao tomador que tem a opção de compra depois de decorrido certo prazo; e pela transferência pelo fiduciário da propriedade resolúvel do bem ao fiduciante, que o transferirá ao fiduciário mediante o cumprimento das obrigações por este assumidas.
- e) locação do bem pelo fornecedor ao tomador, que, juntamente com as prestações do aluguel, necessariamente, antecipará o valor residual garantido com vistas à aquisição compulsória do bem depois de certo prazo; e pela transferência pelo fiduciante da propriedade resolúvel do bem ao fiduciário, que o transferirá ao fiduciante

# JUIZ SUBSTITUTO / FCC - 2011 – TJ- PE

## CONTRATOS

Indo-se mais adiante, aventa-se a idéia de que entre o credor e o devedor é necessária a colaboração, um ajudando o outro na execução do contrato. A tanto, evidente- mente, não se pode chegar, dada a contraposição de interesses, mas é certo que a conduta, tanto de um como de outro, subordina-se a regras que visam a impedir dificulte uma parte a ação da outra. (Contratos, p. 43, 26ª edição, Forense, 2008, Coordenador: Edvaldo Brito, Atualizadores: Antonio Junqueira de Azevedo e Francisco Paulo de Crescenzo Marino).

Pode-se identificar o texto acima com o seguinte princípio aplicável aos contratos:



- a) da intangibilidade.
- b) do consensualismo.
- c) da força obrigatória.
- d) da boa-fé.
- e) da relatividade das obrigações pactuadas.

# JUIZ SUBSTITUTO / FCC - 2011 – TJ- PE

## CONTRATOS

Sobre o contrato de compra e venda analise os itens abaixo:


- I. Transfere o domínio da coisa mediante o pagamento de certo preço em dinheiro, independente de tradição.
- II. Não pode ter por objeto coisa futura.
- III. É anulável a venda de ascendente a descendente, salvo se os outros descendentes e o cônjuge do alienante expressamente houverem consentido.
- IV. É lícita a compra e venda entre cônjuge, com relação a bens excluídos da comunhão.
- V. Na venda *ad corpus*, presume-se que a referência às dimensões foi simplesmente enunciativa, quando a diferença encontrada não exceder de um vigésimo da área total enunciada.

Está correto APENAS o que se afirma em:

- a) I, II e III.
- b) I, III e V.
- c) II, III e IV.
- d) II, IV e V.
- ~~e) III, IV e V.~~

# JUIZ SUBSTITUTO / FCC - 2009 – TJ- GO

O leasing financeiro e a alienação fiduciária em garantia caracterizam-se, respectivamente, pela:

- a) aquisição, em ambos os contratos, de bens duráveis mediante financiamento bancário, sem que haja transferência de propriedade entre credor e devedor, ficando o bem em penhor nas mãos do devedor.
-  b) aquisição do bem pelo financiador e locação dele para o tomador, que escolheu o bem, com opção de compra depois de certo prazo; e pela transferência pelo fiduciante da propriedade resolúvel do bem ao fiduciário, que o transferirá ao fiduciante mediante o cumprimento das obrigações por este assumidas.
- c) alienação do bem pelo proprietário que continuar na posse do bem como locatário, com opção de recomprá-lo depois de certo prazo; e pela transferência pelo fiduciante da propriedade resolúvel do bem ao fiduciário, que o transferirá ao fiduciante mediante o cumprimento das obrigações por este assumidas.
- d) locação do bem com obrigação de assistência técnica ao tomador que tem a opção de compra depois de decorrido certo prazo; e pela transferência pelo fiduciário da propriedade resolúvel do bem ao fiduciante, que o transferirá ao fiduciário mediante o cumprimento das obrigações por este assumidas.
- e) locação do bem pelo fornecedor ao tomador, que, juntamente com as prestações do aluguel, necessariamente, antecipará o valor residual garantido com vistas à aquisição compulsória do bem depois de certo prazo; e pela transferência pelo fiduciante da propriedade resolúvel do bem ao fiduciário, que o transferirá ao fiduciante mediante o cumprimento das obrigações por este assumidas.

# JUIZ SUBSTITUTO / FCC - 2009 – TJ- AP

## CONTRATOS

Nos contratos bilaterais, a exceção de contrato não cumprido significa que

- a) a resolução do contrato de execução continuada, em virtude de onerosidade excessiva, pode ser evitada oferecendo-se a outra parte a modificar equitativamente as condições do contrato.
- b) a cláusula resolutiva expressa opera de pleno direito e a tácita depende de interpelação judicial.
- c) a parte lesada pelo inadimplemento pode pedir a resolução do contrato, se não preferir exigir-lhe o cumprimento, cabendo, em qualquer dos casos, indenização por perdas e danos.
- d) ocorrendo a resilição unilateral, se uma das partes houver feito investimentos consideráveis para a sua execução, a denúncia unilateral só produzira efeito depois de transcorrido prazo compatível com a natureza e o vulto dos investimentos.
- ~~e)~~ nenhum dos contratantes, antes de cumprida a sua obrigação, pode exigir o implemento da do outro.



# JUIZ SUBSTITUTO / FCC - 2015 – TJ- AL

## CONTRATOS

No contrato de locação predial urbana:

- ~~A)~~ salvo expressa disposição contratual em contrário, as benfeitorias necessárias introduzidas pelo locatário, ainda que não autorizadas pelo locador, bem como as úteis, desde que autorizadas, serão indenizáveis e permitem o exercício do direito de retenção.
- B) as partes não podem dispor a respeito da indenização por benfeitorias, devendo seguir só o que a lei estabelece.
- C) as benfeitorias necessárias introduzidas, ainda que não autorizadas pelo locador, bem como as úteis, desde que autorizadas, serão indenizáveis e permitem o exercício do direito de retenção, não sendo permitida cláusula em sentido contrário, quando tratar de locação de imóvel residencial.
- D) as benfeitorias voluptuárias não são indenizáveis, podendo ser levantadas pelo locatário, finda a locação, ainda que sua retirada afete a estrutura ou a substância do imóvel, mas, neste caso, poderá o locador optar pela indenização.
- E) somente são indenizáveis as benfeitorias necessárias, independentemente de autorização do locador, não se admitindo cláusula em sentido contrário.